

CIMI - NORTE
Jornal A CRITICA
Data 30/06/85 P. 11

481

EXTREMA PREOCUPAÇÃO

Comissão pela criação do parque diz que invasão causará mortes

CIMI - NORTE
 Jornal A CRITICA
 Data 30/06/85 P. 71

481

Na conflitante situação instalada no Território de Roraima, onde o centro de toda a controvérsia é o garimpo de Surucucus, existe uma entidade que, diferente de outros setores, luta pela criação do Parque Yanomami. Trata-se da CCPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomami.

Segundo o documento elaborado por essa entidade, a CCPY tem acompanhado com extrema preocupação as investidas contra o povo Yanomami nestes últimos anos. O dossiê é encabeçado por um poema de Carlos Drummond de Andrade — "Yanomami é gente como a gente. Vamos fazer força para que não acabem com esse irmão nosso em nome do progresso". Sobre a invasão armada de Surucucus, como a CCPY a considera, apesar de ter sido debelada, a ameaça continua. "O advogado dos garimpeiros, Tito Rocha Filho, impetrou mandado de segurança contra a Funai, visando conseguir a permanência na área indígena, com a proteção do Comando da Polícia Militar do Território de Roraima" — denuncia-se.

Consta no documento que, numa outra investida de cunho político, foi entregue por José Altino ao ex-ministro da Justiça, Abi-Ackel, um estudo intitulado "Pesquisa e Garimpo em Áreas Presumivelmente Indígenas. Estudos Sobre a Situação Atual do Território de Roraima e Alternativa Legal para sua Solução".

As pessoas envolvidas com a Comissão pela Criação do Parque Yanomami pensam que a grande maioria da população de Boa Vista, e com certeza, todos os garimpeiros do Território e de fora, assim como muitos donos de táxi aéreo da Amazônia, acreditam que Surucucus será a salvação do Brasil, por conter minérios que podem pagar a dívida externa, e a salvação do Território, porque, através da exploração terá os meios para se tornar financeiramente independente e assim transformar-se em Estado. "Esse mito está sendo alimentado pelos políticos, que fomentam o boato de que Surucucus, há várias décadas, está sendo clandestinamente explorada pelos americanos, que trabalham na região como falsos missionários, com a permissão da Funai. O mito usa também, para substanciar-se a crença de que Surucucus não é área indígena. Os Yanomami teriam sido trazidos do rio Mucujai por americanos e pela Funai para a área pretendida, que é a serra da Cobra, ou seja, Surucucus".

Com a Nova República, consta no documento, é pensamento dos garimpeiros que a ordem vai se fazer e as terras ricas em minérios, como Surucucus, serão devolvidas ao povo sofrido do Brasil, já que o governo anterior não conseguiu controlar o avanço sobre as terras brasileiras. A esperança é dirigida, agora, especificamente, para a figura de Aureliano Chaves, o novo ministro das Minas e Energia, que teria em suas mãos o poder de colocar à disposição do povo, o tão esperado Eldorado. Outro fato levantado pelos integrantes da CCPY, é que o mito de Surucucus quer que Aureliano Chaves seja parente de Altino Machado, que agora é encarado como embaixador dos

garimpeiros, lutando em seu nome. "Altino utiliza-se do discurso populista, pregando, em nome da democracia, uma nova ordem social, em que os brasileiros reconquistarão suas próprias terras, as terras pretendidas pela Funai como reserva indígena, e seus minérios entregues aos americanos".

A CCPY considera que uma invasão ameaça de extinção a última grande nação indígena relativamente isolada. "Pode-se constatar que existem poderosos grupos econômicos e políticos organizados e dispostos a alcançar pela violência, suas ambições". Outro fato que a organização pró-Yanomami explica é que, com uma invasão naquele Parque demonstra-se a existência de um plano organizado para explorar Surucucus nos próximos dois anos. O documento é enfático, quando explica que, para o dia 30 de março de 85 estava convocada uma reunião em nome da Associação dos Garimpeiros e da Classe Trabalhadora em Roraima, por iniciativa de José Altino Machado, e do deputado federal de Roraima, João Batista Fagundes.

É relatado no dossiê que, para esse encontro, chamado I ENCLAT, estava prevista a participação de mil garimpeiros do Amazonas e do Pará, "aliados por Altino", e que seriam levados para aquele Território em 50 a 60 aviões. "O evento não se concretizou, graças ao alerta que foi dado por altos

RORAIMA

Zona de Tensão

((VII))



Célio Júnior
 Texto e Foto

que para a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, reflete a dramática situação desse povo indígena e deve ser motivo de alerta para todos.

INVASÃO E PESQUISA

A CCPY explica que, em consequên-



Yanomami, a última grande nação indígena pode desaparecer

funcionários do Governo de Roraima e à intervenção de certos setores do Governo em Brasília, temerosos do resultado dessa reunião". Está contido também que, existe uma possibilidade de novas investidas para a invasão do território Yanomami, e que estas estão, sabidamente, em preparação em Roraima, o

ra dos efeitos desastrosos da invasão dos garimpeiros no território Yanomami em 1976, os silvicultores contraíram gripe e doenças venéreas e que, até hoje, tem-se conhecimento da existência de casos de doenças venéreas entre os índios da comunidade Tépèxinahipètheri, vítimas de moléstias transmitidas naquela

CIMI - NORTE
 Jornal A. CRITICA
 Data 30/06/85 P. 11

27

48

época. Em março de 1979, a Rio Doce Geologia e Mineração S/A (DOCEGEO), subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), instalou-se na área, autorizada pela Funai, como empresa de mineração, enquanto a Fundação Nacional do Índio procedia aos estudos para a transformação da região em Parque Indígena.

"Iniciados os trabalhos preliminares de prospecção geológica, com a devida assistência e orientação de técnicos da Funai, especialmente designados para tanto, revelaram-se logo as reais inconveniências e incompatibilidade da presença de elementos estranhos entre os indígenas, principalmente no momento em que, movidos pela fome resultante da escassez de caça e pesca e do abandono da lavoura de subsistência, após a presença de garimpeiros, chegaram eles, inclusive, a invadir barracas da equipe, em busca de alimentos".

Segundo o dossiê da CCPY, estas inconveniências, que se mostravam no início dos trabalhos de pesquisa com uma equipe reduzida e eficientemente conduzidas por técnicos indigenistas, tornar-se-ão muito mais acentuadas, se projetadas para uma fase de lavra, com o ingresso na área de um maior número de homens, introdução de maquinária pesada, poluição, ainda que parcial, dos rios, e outra série de perigos a que estarão sujeitos os índios em consequência do contato, às vezes inevitável, com o branco. Sobre o contato entre índios e branco, a CCPY observa que estão mais do que documentadas, as consequências da construção da Rodovia Perimetral Norte, outro projeto que se implantou, em 1974, em área Yanomami, e foi posteriormente abandonado, numa região em que os índios estavam também em seus primeiros contatos com equipes de construção da estrada.

Naquela ocasião, os Yanomami, ao exemplo descrito pelos técnicos da DOCEGEO em Surucucus, atraídos pelos trabalhadores, abandonaram o cultivo de suas roças e perderam a iniciativa de caçar e pescar, buscando alimentação nos acampamentos. Esses primeiros contatos, segundo aquela comissão, foram desordenados e resultaram em prostituição, perda de vidas e inúmeras doenças trazidas pelos próprios trabalhadores. Nos anos posteriores à construção, perdendo as facilidades da "troca", os índios sem suas roças, passaram fome. "Até hoje em dia, grande parte dos Yanomami que habitam as margens da estrada, são conhecidos como andarilhos e continuam a sofrer as graves consequências da desagregação social e cultural".

Se não bastasse a integridade física, cultural e social do Yanomami, que, segundo a CCPY, constitui interesse a ser resguardado e, por si só, supera qualquer exploração industrial, as circunstâncias para a comercialização da cassiterita daquela região esvaziam os resultados econômicos por dois fatores preponderantes: a) — O País possui outras áreas produtoras e em desenvolvimento ao sul da Amazônia e na região

Centro-Oeste, com capacidade de atendimento suficiente e a longo prazo, das necessidades internas de cassiterita, inclusive gerando excedentes exportáveis. O item "b" do dossiê destaca as condições de acesso àquela região, possível apenas por via aérea, encarecerão demais os custos de pesquisa, extração e comercialização do minério, colocando a produção em desvantagem de concorrência com a produção das outras partes em atividades ou em vias de ativação — Portaria externa — 116/80, de 28 de fevereiro de 1980 — da Companhia Vale do Rio Doce ao Diretor do Departamento Nacional de Pesquisas Minerárias.

Desta forma, e em vista desta previsão, a CVRD resolveu suspender os trabalhos de pesquisa e, considerando os fatos apontados, o Conselho de Administração da CVRD acolheu a proposta da Diretoria da empresa, no sentido de que fosse apresentado ao DNPM a sugestão de que esse Departamento promovesse estudos com o objetivo de transformar os depósitos de cassiterita do Território Federal de Roraima em Reserva Nacional, conforme previsto no artigo 54 do Código de Mineração.

Nos anos de 83/84, mesmo previsto por lei, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima — CODESAIMA —, necessita de permissão da Funai para a exploração mineral, o que até agora não conseguiu. Através do decreto 88.985 de 10 de novembro de 1983, se regulamentando, Surucucus, como área indígena no país, corre o risco de ser colocada em situação de extrema vulnerabilidade. "Tal fato tem trazido preocupação à opinião pública, ante a possibilidade de extinção das últimas comunidades indígenas existentes no Brasil (nota conjunta CONAGE/SBG, novembro de 84), assim como receio de que a Funai se transforme em uma Empresa de Mineração associada à CPRM, demonstrando assim, total inadequação frente aos interesses das comunidades indígenas".

Em 1985, diz o documento da CCPY, sofrendo forte pressão e protesto por parte das sociedades indígenas, das entidades de apoio e de classe, além da própria Funai, o decreto 88.985, até hoje, "inexplicavelmente sem solução", necessita urgente revogação. A CCPY conclui que uma sociedade democrática é aquela que respeita os direitos de todos, inclusive dos índios. "O reconhecimento dos direitos dos Yanomami à terra e aos recursos naturais é atestado pela interdição da área indígena pelo Ministério do Interior, em 1982, e pela portaria da Funai nº. 1.817, de 8 de janeiro de 1985, que, para efeitos administrativos, declara a Parque Indígena Yanomami".

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami reconhece que os garimpeiros enfrentam problema sério, mas reconhece também que, sua solução não deve causar prejuízos às comunidades Yanomami. "A estrada de garimpeiros em área de índios com pouco contato, leva à morte e à desagregação social".